



Revista Brasileira de História

ISSN: 0102-0188

rbh@edu.usp.br

Associação Nacional de História
Brasil

Gama Lacerda, Franciane
Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses na
Amazônia (1889-1916)
Revista Brasileira de História, vol. 26, núm. 51, janeiro-junho, 2006, pp. 197-225
Associação Nacional de História
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26305110>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses na Amazônia (1889-1916)

Franciane Gama Lacerda
UFPA

RESUMO

O entendimento da história dos muitos migrantes cearenses que, entre 1889 e 1916, deixaram sua terra natal e aportaram em terras paraenses parece-nos indissociável de uma leitura das compreensões construídas sobre o Ceará e sobre a Amazônia, no caso aqui específico, o estado do Pará. Perceber o que significavam o Pará e o Ceará desse período é fundamental para entendermos os múltiplos sentidos presentes no ato de migrar. Um caminho profícuo para esse entendimento é o de compreender os significados atribuídos aos elementos que compunham a natureza desses dois estados.

Palavras-chave: Natureza; Amazônia; Ceará; Migração; Séculos XIX-XX.

ABSTRACT

The history of the migrants who left the state of Ceará, Brazil, between 1889 and 1916, and arrived in the state of Pará, in the Brazilian Amazon region, is impossible to dissociate from a comprehension about the perceptions drew about the state of Ceará and the Amazon region themselves. To understand what represented the states of Pará and Ceará throughout this period is essential to perceive the various meanings attributed to the migration process. A fruitful path for understanding this process is to analyse the ways by which the different nature of these two places was understood and described.

Keywords: Nature; Amazon region; Ceará; Migration; Nineteenth and twentieth centuries.

O entendimento da história dos muitos migrantes cearenses que, entre 1889 e 1916, deixaram sua terra natal e aportaram em terras paraenses parece-nos indissociável de uma leitura das compreensões construídas sobre o Ceará e sobre a Amazônia, no caso aqui específico, o estado do Pará. Perceber o que significavam o Pará e o Ceará desse período é fundamental para entendermos os múltiplos sentidos presentes no ato de se migrar do Ceará, de se estabelecer no Pará, de depois retornar para o lugar de origem e até mesmo de voltar outra vez ao Pará, trajetória que parece ter sido feita por muitos mi-

grantes. Um caminho profícuo para esse entendimento implica compreender os significados atribuídos aos elementos que compunham a natureza desses dois estados. Assim a seca, o sertão, a chuva, a floresta e os rios são elementos intimamente ligados à história dos sujeitos sociais envolvidos no processo migratório.

Longe de ser tão-somente uma questão contemporânea, em que o destino das riquezas naturais da Amazônia entra na pauta de discussão dos mais variados grupos sociais, a Amazônia das últimas décadas do século XIX e do início do século XX, conhecida pelos muitos negócios da borracha, era alvo constante de variadas percepções, que traziam a público a natureza desse espaço de florestas, rios, chuvas, clima quente e grandes extensões de terra a serem cultivadas. Do mesmo modo, embora diversa, a natureza cearense, com praias, coqueiros e o sertão florido ou seco, e os muitos problemas decorrentes do fenômeno da seca, e até mesmo de invernos rigorosos, também não deixavam de vir à tona.

No Pará, com a constante vinda de migrantes dos sertões cearenses atingidos pelas secas, em busca de uma vida melhor na região, é quase com um caráter complementar que a natureza cearense e a amazônica vão tomando corpo nos relatos dos poderes públicos e nos noticiários da imprensa, através de colunas diárias ou de quadros de poemas que enchiam os olhos dos leitores com uma visão trágica e exótica da natureza e do homem cearense, sempre ameaçado pelas secas. Ao mesmo tempo, esses textos revelam o embate travado na imprensa e na fala dos poderes públicos, visando a uma mudança na forma de se entender e de se pensar a própria Amazônia, compreendida como uma região de clima insalubre, propícia a muitas doenças, imagem da qual se pretendia fugir.

De fato, entre 1888 e 1915, a população do Ceará experimentou períodos de seca, marcados, por um lado, pela busca de sobrevivência nos lugares do sertão atingidos por esse fenômeno, e, por outro, pelo êxodo, rumo a Fortaleza, e muitas vezes de lá para outros territórios, como o estado do Pará.¹ Essa situação gerou inúmeras explicações e interpretações, tanto a respeito da seca e do sertão, como também dos lugares distantes do Ceará, caso do Pará, para onde se dirigia um grande número dos habitantes atingidos pela seca.

Nessas narrativas, mesmo em se tratando de registros indiretos das impressões dos migrantes, ou dos sertanejos, estão presentes as contradições próprias de quem é obrigado a partir para um lugar desconhecido, misto de Eldorado e de inferno e, ao mesmo tempo, as lembranças de um outro paraíso, o sertão cearense quando se tem chuva regularmente, momento em que a

plantação floresce e o gado cresce. Entretanto, há uma espécie de convergência na representação do morador desses lugares. No Ceará, no embate cotidiano contra a seca, ou na Amazônia, lutando contra a floresta, o sertanejo é representado como um homem obstinado diante de tantos reveses da natureza. É dessas muitas representações da seca, dos sertões do Ceará e da Amazônia que pretendemos tratar aqui.

SECA

Muitas das explicações para as longas ausências de chuvas no Ceará e para as secas remetem a uma compreensão da natureza construída a partir da tradição oral.² Dos contos recolhidos por Câmara Cascudo, “A causa da seca no Ceará” tem como cerne de explicação uma determinação divina, espécie de vingança do “Bom Jesus” contra os cearenses, que, em “priscas eras”, “malquistaram-se” com Ele e resolveram expulsá-Lo do Ceará. Conta a lenda que:

prepararam uma jangada e nela puseram o Santo ... rumo a Portugal, donde procedera ... já muito distante das praias cearenses, ‘entre o mar e o céu’ sentiu sede. Por esquecimento, ou mui propositadamente, os seus perseguidores não haviam acondicionado água na jangada. Nem uma gota sequer existia do precioso líquido ... Nesse transe doloroso, sedento de sede, o Bom Jesus proferiu então essas palavras: ‘Sim, cearenses ingratos e maus, vocês também não terão água quando tiverem sede’. O Vento Leste, que passava, acolheu as palavras do aflito Santo e varrendo do nosso céu todas as nuvens, trouxe para o Ceará a primeira seca.³

Apesar dos estudos sobre climatologia e sobre as “manchas de sol” no Ceará, que buscavam uma compreensão científica do fenômeno das secas e de suas conseqüências, também é muito presente uma compreensão que remete a explicações místicas para o grave problema da seca que aparece inseparavelmente ligado à história daquele Estado.⁴ Esse entendimento da seca como um fenômeno meio divino, meio natural, contra o qual o homem não tinha como lutar ou se precaver, parecia ser compartilhado por muitos moradores do Ceará.

Desse modo, a história da primeira seca no Ceará é exemplar na medida em que, ao explicar tal problema, destacam-se elementos como a fome, a sede com a falta de água, os ventos, as nuvens, o mar e as jangadas, tão presentes quando se evoca a natureza cearense. Desse modo a “lenda” apresentada por Câmara Cascudo, retomada à luz do trabalho de Natalie Zemon Davis,

permite considerar esse tipo de material — apesar das mudanças sofridas com o tempo — como importante para se “fazer ouvir as vozes do povo ali registradas”. Importância semelhante é apontada por James Obelkevich, na medida em que, para o autor, as várias modalidades de fala como “cumprimentos, charadas, maldições, piadas, lendas”, podem expressar “inúmeras ocasiões da vida cotidiana”.⁵

Assim, por ocasião das estiagens de 1889, o presidente da Província do Ceará, senador Henrique Francisco d’Ávila, diante dos muitos problemas enfrentados afirmou que “a experiência e os estudos, me demonstram a toda evidência, que esse terrível flagelo da seca nos visitaria mais vezes, pois depende ele de leis naturais independentes da vontade do homem”. Quase dez anos depois, em 1898, quando o Ceará era assolado por outra seca, utilizando-se, provavelmente, de interpretações que corriam entre a população, o presidente do estado buscava explicar a seca daquele ano quase como um jogo de sorte, que atribuía a determinados anos o prenúncio de tempo de inverno ou de seca. A coincidência das secas de 1877-1878 e de 1888 era bom argumento para a lembrança do presidente de que “a experiência dos últimos trinta a quarenta anos” mostrava “com a periodicidade de uma lei cósmica a reprodução das secas nos anos terminados em 7 ou 8”.⁶

Embora Antonio Accioly tivesse conhecimento de pesquisas sobre a seca, como se percebe em sua *Mensagem*, ele próprio deixava entrever um entendimento desse fenômeno, construído muito mais a partir das vivências cotidianas dos moradores do sertão, do que em estudos mais apurados sobre o assunto. Nesse sentido é que, para Antonio Accioly, a seca se tornava um problema quase sem solução, uma vez que as populações atingidas por esse fenômeno, segundo ele, o entendiam a partir de uma espécie de “fatalismo” a que estavam condenados como castigo de “um deus caprichoso”, contra o qual não se podiam precaver. Assim, pelas suas palavras, os significados atribuídos à seca eram resultado da própria situação de enfrentamento da natureza construída pelos moradores do sertão, que os colocava quase impotentes diante de uma natureza tão perversa.

No Pará, essa impotência do sertanejo diante da natureza era constantemente trazida ao público, através da imprensa, que se ocupou em construir uma imagem do Ceará e da seca. Se os documentos produzidos pelo poder público ficavam restritos a um grupo específico de pessoas, o noticiário jornalístico, mesmo considerando-se o grande número de pessoas que não tinham acesso aos jornais, acabou sendo um meio importante para se falar do Ceará.

Nesse sentido, alguns indícios extraídos de pequenas mensagens veiculadas na imprensa nos permitem afirmar que o jornal *Folha do Norte*, que será aqui utilizado, circulava entre vários segmentos da sociedade paraense, constituindo muitas vezes um meio de comunicação entre os migrantes nordestinos. Um bom exemplo disso é o anúncio publicado, em 1900, pelo maranhense Joaquim Costa e Silva, que havia “chegado há pouco tempo” a Belém e desejava “conhecer alguns parentes”, que moravam nessa cidade (*Folha do Norte*, 03.07.1900, p.2). Semelhante teor apresentava o anúncio de uma “pessoa chegada do Acre”, que procurava por duas “senhoras naturais do Piauí” (*Folha do Norte*, 13.01.1915, p.4). Além disso, eram comuns propagandas de remédios para seringueiros, como o “Licor de Café Beirão”, muito bom para aqueles “cidadãos laboriosos, que, pelas ilhas e pelos sertões, vivem labutando na extração da borracha e em luta gigante com as terríveis sezões” (*Folha do Norte*, 19.01.1896, p.3).

Igualmente, na mesma *Folha do Norte*, em uma coluna intitulada “Jornal dos Estados”, o leitor entrava em contato diariamente com um pouco do que acontecia em outros estados do Brasil, sobretudo nos do Nordeste. Essas informações, muitas vezes, eram extraídas de jornais publicados em cidades do Nordeste e que chegavam pela mala dos vapores com alguns dias de diferença entre o fato publicado no local de origem e a distribuição dos jornais ao Pará, para subsidiarem os redatores da *Folha do Norte*. Pequenas e variadas notícias, como o lançamento de livros, a vida política local, posse de juízes, falecimento de algum político importante, casamentos de figuras ilustres da sociedade, questões sobre saúde e higiene pública, mas também casos “fantásticos”, como um menino “com voz de homem no Maranhão”, de violência, de roubos e até mesmo de chuva e de seca, davam aos leitores uma visão do que acontecia no Nordeste (*Folha do Norte*, 19.01.1901, p.2). Noutras vezes, as notícias, de acordo com a importância conferida ao assunto, apresentavam-se ao público em artigos maiores e mais densos, que ocupavam durante vários dias as páginas do jornal, quase sempre a primeira, até que o articulista os concluísse.

Assim, à medida que a seca ia se aguçando, as notícias iam ganhando mais destaque na *Folha do Norte*, deixando de figurar somente na pequena coluna do “Jornal dos Estados”. Ganhavam, assim, características de um artigo maior, que levava informações mais detalhadas ao leitor, o qual deparava com os horrores da tragédia da seca e com as mobilizações da população para ajudar os “irmãos” do Norte.

Quando da escassez de chuvas do ano de 1898, a *Folha do Norte*, baseada

em informações do jornal cearense *República*, não deixou de fazer referências ao “grande pânico” que reinava na pequena vila de Santa Quitéria, “ante o medonho aspecto da seca”. Nesse ano, a imprensa local lembrava que no Ceará, “apenas pequenas e parciais chuvinhas caíram no fim de janeiro e princípios de fevereiro e nada mais”. Como última alternativa para que as plantações não se perdessem totalmente, esperava-se pelas chuvas do final de abril. Mas se, de um lado, o jornal narrava a tragédia da seca, parece-nos que de outro lado, o tempo da seca era marcado pelo aparecimento de histórias sobre o sertão. Histórias que às vezes ganhavam um caráter místico, tal qual a explicação da seca registrada por Câmara Cascudo. Em 1898, por exemplo, surgia a notícia de uma “chuva de feijão, que deu tanto a falar na imprensa do norte”, mas que parecia ser conhecida de velhos moradores do sertão, conforme evidencia a *Folha do Norte*, ao contar a história de uma “grande chuva de feijão ao norte central do Ceará”, que teria acontecido antes da “seca de 45” (*Folha do Norte*, 05.04.1898, p.1).

Dando conta da autenticidade do fenômeno tão inexplicável, o jornal *República*, do Ceará, lembrava que a informação chegara à sua redação através de um negociante, que escrevera ao periódico contando uma história que lhe tinha sido narrada por uma senhora nascida em 1828 e que morava em sua casa. Das possíveis memórias narradas por dona Ignez da Conceição, surgiam os indícios da evocação de um sertão que se assemelhava ao deserto descrito na Bíblia, quando do envio do maná. Só que se o povo judeu pôde se alimentar desse “pão” enviado do céu, a sorte do sertanejo seria outra. Parecia que mesmo quando dos céus chovia feijão, o destino do sertanejo, ainda assim, seria o de passar fome, já que, segundo a narradora, era impossível cozinhar esse feijão.

O feijão era bastante miúdo, de forma oval e de cor parda e vermelhada, que o vulgo chama rajado. Foi remetido do sertão uma porção dele a Joaquim Lopes, da Caminhadeira, que então morava na serra grande e este deu a diversas pessoas, dentre elas Domingos Cardoso, também morador na serra grande no sítio S. Miguel. Plantado este feijão, nasceu bem, porém produziu somente três folhas, a de mato-pasto em cada pé. Este feijão não cozinhava por mais que fosse ao fogo e o tempo que estivesse sob ele. (*Folha do Norte*, 05.04.1898, p.1)

Entendida como uma alusão à fome do sertanejo nos tempos das estíagens e à infertilidade do solo do sertão seco, a história da “chuva de feijão” parece reafirmar a peleja do sertanejo com a terra árida do sertão. Tal qual na

lenda da seca, anotada por Câmara Cascudo, o sertanejo aparece como predestinado a sofrer nesse embate com uma natureza, que às vezes lhe permitia ver vingar, mas nem sempre colher e comer o fruto da sua plantação.

Essa referência a um cenário bíblico e à trajetória do povo judeu pelo deserto é uma metáfora recorrente na representação do sofrimento do sertanejo. Em 1916, a *Folha do Norte*, numa coluna intitulada “Ecos do Ceará”, publicou um texto de Anna César, “distinta escritora patricia”, que nesse ano havia presenciado um embarque de retirantes rumo a Belém. A figura de uma migrante no porto de Fortaleza aparecia no texto da escritora como uma “súplice” a implorar “clemência do alto” como uma “Israelita infeliz” que lutava “em vão para salvar o seu povo!” (*Folha do Norte*, 28.01.1916, p.2). Elementos bíblicos também foram evocados por Humberto de Campos, na crônica “Rosa de Jericó”, em que se fala da chamada “planta da Ressurreição”, “um pequenino pedaço de planta seca, morta carbonizada”, que logo que cai a primeira chuva no sertão renasce. A Rosa de Jericó, segundo o literato é a flor que depois da morte de Cristo, “desabrochou no instante mesmo da Ressurreição”. Depois da seca, verdadeiro calvário do sertanejo, a chuva chegava, trazendo a ressurreição da terra. Assim, em suas palavras, os fragmentos que faltavam para completar “a rosa encantada” apareciam em “outro deserto longínquo”, o Ceará.⁷

A luta do sertanejo para cuidar de sua família, levar adiante a sua plantação, e sua espera pela chuva demarcavam a gravidade da seca, até esta parecer inevitável. Assim, por ocasião da seca de 1900, era na própria natureza do sertão que o presidente do estado Pedro Borges buscava caracterizar a seriedade da seca, dando conta de que, para o Estado, ela só se tornava evidente, e, portanto, um problema dos poderes públicos, quando no sertão se esgotavam todas as possibilidades de harmonia entre o homem e a natureza.⁸

Assim, no Ceará em 1900, aos poucos se desenhava um quadro da seca até sua total concretização. O jornal cearense *República*, transcrito pela *Folha do Norte*, destacava que a seca transformava a “natureza opulenta em queimada”, onde o sertanejo ia “às profundezas das terras, aos 100 palmos arrancar água”. O sertão, com “o sol tinindo” é visto como um “cemitério” de árvores, animais e “plantas a fenecer”. Apesar disso, um elemento, aqui, revela um outro lado do sertão, que também pode ter uma “natureza opulenta”. Essa expressão, aliada à informação de que até “remediados camponeses ... que sempre tiveram cheios os celeiros” sofriam necessidades, num certo sentido, retira do sertão a noção de um espaço somente de morte e de desespero. Ao lado

disso, na imprensa, também é possível captar o aspecto religioso que perpassa a experiência da seca, o que certamente dá ao flagelado uma condição mais humana, mais sensível.

Essa dimensão religiosa é recorrente na forma de se lidar com a seca, fosse acreditando nesse fenômeno como obra divina, fosse rogando aos céus para obter um alívio contra ela. Tal faceta religiosa não deixou de ser registrada pela imprensa: “Almas religiosas, cheias de unção e fé, voltam-se para Deus clamando remédio à nossa grande desgraça, tão grande que as nossas lágrimas secaram, como secas estão as correntes de nossos ribeirões” (*Folha do Norte*, 18.10.1900, p.1). É um aspecto que, longe de ser entendido apenas como uma resignação diante do flagelo da seca, revela, também, uma sensibilidade dos grupos atingidos por ela, os quais, comumente, apareciam reduzidos a uma imagem de “fome, sede e nudez” (*Folha do Norte*, 18.11.1900, p.1).

Vários autores que se preocuparam em relatar práticas e costumes da população brasileira observaram muitas dessas práticas. Morais Filho (1843-1919) observou em alguns lugares da Província do Rio de Janeiro, no século XIX, “rogações para pedir chuva”. Dessas procissões participavam as famílias do lugar com moças, meninas, velhos, crianças, escravos e livres, senhoras e “indivíduos votivamente maltrapilhos”, que carregando “pequenas velas de cera”, percorriam os caminhos cantando: “Rainha de eterna glória, Mãe de Deus, doce e clemente, Dai-nos água que nos molhe, Dai-nos pão que nos sustente”. Silvio Romero (1851-1914), que prefaciou o trabalho de Morais Filho, também não deixa de se referir no seu livro *Cantos populares do Brasil*, editado pela primeira vez em 1897, às procissões para pedir chuva. Do mesmo modo, Câmara Cascudo (1898-1986) no texto “Ad Petendam Pluviam” também faz referência a preces para pedir chuva, como os terços e as novenas, devoções muito praticadas por devotos “dispersos pelas fazendas e sítios” uma vez que não necessitavam da presença de um padre para se realizarem. O autor apresenta como exemplo dessas práticas um canto ouvido em uma fazenda no Rio Grande do Norte: “Maria, mãe dos que sofrem/ Nosso clamor ouvi;/ À terra tão ressequida/ A chuva deixai cair!”.

Com a chegada da seca de 1915, o literato cearense Rocha Moreira, escrevendo na *Folha do Norte*, mediante as notícias que recebia da “terra do sol”, cobrava os muitos gastos de Liberato Barroso, presidente do estado do Ceará, e, como que antevendo o futuro, lembrava que a “seca mirrará as árvores, sonegando aos retirantes a sombra”; mais grave que isso, porém, era o fato de que “a política devastou as searas, roubando ao homem o pão” (*Folha do Nor-*

te, 24.02.1915, p.1). Dessa forma, Rocha Moreira era bastante enfático nas acusações que fazia ao presidente. Sua crônica, mesmo que nunca tenha deixado de expor uma imagem do cearense faminto, destacava a possibilidade dessa população pobre, atingida pela seca, vir a se rebelar, evidenciando assim a figura de um sertanejo que não era tão somente um resignado a sofrer.

Não sabemos o que pensará ou fará um povo que tem fome, quando souber que os poderes públicos não têm dinheiro em custear o pão pedido por homens e crianças. Se tal acontecer, Oxalá que nenhum filho do povo se lembre de que a falta de pão e dinheiro, é o resultado da ganância de uma política bastarda que vem trabalhando para a infelicidade desse Estado de tradições gloriosas. (*Folha do Norte*, 24.02.1915, p.1)

À medida que a seca foi se intensificando em 1915, Rocha Moreira publicava, na *Folha do Norte*, crônicas e poemas cujo enfoque principal era a situação do Ceará e os sertanejos flagelados pela seca. O enredo desses seus textos era quase sempre o mesmo, como se estas partes fossem inseparáveis: o sertão; a seca; a migração; o descaso do governo; a saudade. Em uma dessas crônicas, por exemplo, como uma espécie de denúncia, ele afirmava: “há uma raça que agoniza lá fora, sobre as estepes outrora verdes e hoje calcinadas do torrão natal: — é o povo cearense” (*Folha do Norte*, 06.03.1915, p.1).

Considerando o cearense como uma “raça”, o autor asseverava um caráter diferencial nessa população, demarcando a diferença sua e de seus conterrâneos, destacando uma identidade singular. Essa característica recorrente em suas crônicas e poemas era a obstinação desse povo em lutar para sobreviver, numa terra que muitas vezes se tornava infértil, e que, mesmo dali saindo, mantinha-se sempre ligado afetivamente a ela.

Se essas imagens apresentadas na imprensa possivelmente deixavam os leitores da *Folha do Norte* perplexos, é possível também que permitissem a muitos segmentos da população paraense a representação do Pará como uma espécie de terra da promessa para os cearenses, que sofriam as agruras da seca. Exemplares nesse sentido foram as palavras do presidente do estado do Ceará, Paes de Carvalho, o qual acreditava que “por uma feliz coincidência da natureza” no Pará existiam “os grandes elementos que falham àquele populoso Estado”. Desse modo, na visão do presidente, sendo “próxima uma da outra as duas regiões se completam”.¹⁰

SERTÃO

*Sou cearense e me ufano!
Pertença a hoste aguerrida,
... Minha terra, — é mãe fecunda,
Que tem filhos por milhares,
Que se espalham, n'outros lares,
Num continuo viajar!
Entretanto, quem não sabe? ...
Quando chove, — é o paraíso...*¹¹

Esses versos, escritos por Juvenal Galeno em 1904, expressam o problema da saída dos cearenses nos períodos de seca, e ao mesmo tempo, a ligação afetiva que o sertanejo mantinha com “seu querido torrão”. Esse aspecto, na verdade, está presente quando se fala do retirante da seca. Entretanto, dos versos de Galeno surge uma imagem pouco recorrente, de um sertão que também pode ser um paraíso. Embora o autor apresente como único problema do sertão a seca, construindo assim uma imagem idealizada desse espaço nos tempos de chuva, sua representação idílica e ufanista permite entrever um espaço cuja vida surge em profusão, através da natureza.

Semelhante idealização encontramos também pela pena de Alípio Bandeira, poeta do Rio Grande do Norte, numa série de poemas publicados em 1915, em plena seca, pela *Folha do Norte*. Ironicamente, as mesmas páginas da imprensa que traziam o trágico episódio da seca, em que homens e animais morriam, revelavam também cenas de uma feliz vida campestre no sertão, que, pelo olhar do poeta, ganhava ares arcádicos.

O poema “Na roça”, escrito em primeira pessoa, como se o poeta, ou um sertanejo, experimentasse esse paraíso, é modelar nesse sentido. Belezas naturais, tranquilidade, água para beber e comida completam o quadro da cena do poema de Alípio Bandeira, que poderia até confundir um leitor desavisado, levando-o a pensar tratar-se de outro espaço, e não do sertão do Meio-Norte, sempre tão decantado em suas misérias.

*Nesta vida campestre cujo encanto
A cidade não tem! ...
Armo no alpendre, então, minha tipóia
Eis o silêncio e a paz.
Tenho em casa a borracha de água pura*

*Pederneira e farnel no matolão
Lá fora, a livre aragem da planura
E o cheiro do sertão*

(*Folha do Norte*, 31.01.1915, p.1)

Trazendo as reflexões de Raymond Williams em *O Campo e a cidade* para o entendimento do sertão, não há dúvida de que essa “inocência bucólica”, presente em alguns poemas, pode ser pensada como uma resposta aos sofrimentos da seca, inerentes à vida do sertão, ou, quem sabe até, à certeza do poeta de que o sertão era muito mais que secas.¹²

Nos versos de Alípio Bandeira surge também a importância da família, da casa, do trabalho na pecuária, e, ao lado disso, do aconchego que tais elementos trazem, dando conta de um cotidiano com diversão, descanso e comida que são construídos pela determinação e coragem do sertanejo. Por essa representação, fica muito presente a sensibilidade do homem do sertão. Ele, que se alegra com sua “choupana”, sua viola, sua mulher e seus filhos. Diante de tudo isso, o poeta é enfático na síntese da felicidade, quando interroga: “Que mais quereirei?” (*Folha do Norte*, 12.02.1915, p.1).

No poema “A apartação”, mais uma vez, Alípio Bandeira recupera a temática do cotidiano do vaqueiro, quando se refere a um “pitoresco arraial” organizado para a troca, identificação e comercialização de gado. Nesse contexto, elementos semelhantes ao quadro anterior, descrito por Alípio Bandeira, completam a imagem do sertão e do sertanejo, que aqui surge, pelo olhar do poeta, “lesto”, “destemido”, em seu traje de vaqueiro “de luvas de chapéu, gibão, perneiras, tudo de brando couro bem curtido”, muito diferente da imagem dos homens andrajosos, esqueléticos, famintos com que nos acostumamos a ver o sertanejo. Nessa “aldeia singular”, a noite não é marcada pela tristeza. Em seus versos, Alípio Bandeira vai revelando ao leitor toda a animação dos “trovadores”, das “violões” e até do gosto “saudável da coalhada ao sereno” no tempo que ele poeticamente chamou de “festa no trabalho” (*Folha do Norte*, 17.02.1915, p.1).

O poema de Alípio Bandeira destaca a figura de um sertanejo que tem uma experiência social bastante dinâmica, delineada num cotidiano do qual fazem parte as árvores, as novenas, as festas, os animais domésticos, a família, a alegria de viver, como já evidenciamos, bastante inversa, portanto, à imagem de um homem vencido pela seca. De qualquer modo, o poeta não deixou de asseverar em sua poesia a luta pela sobrevivência e as contradições desse processo, que é muito mais complexo do que a redução da vida do sertanejo

à simples imagem de um pobre sofredor, lutando tão-somente em busca de água e comida.

Também publicados na *Folha do Norte*, entre 1914 e 1916, temos os textos de Rocha Moreira. Como vimos anteriormente, a prosa desse autor, além de representar o povo do sertão no tempo da seca, empenha-se em traçar uma identidade do cearense como alguém que, mesmo distante, mantinha um “grande amor devotado a terra de seu berço” (*Folha do Norte*, 31.01.1914, p.1). Na representação desse vínculo, temos uma natureza sertaneja que não é apenas seca e árida, mas um espaço que com o trabalho na terra pode produzir.

Em outro poema de Rocha Moreira, “Vida sertaneja”, de 1914, a natureza do sertão, mais uma vez, aparece grafada como um espaço de tranquilidade. É como se o autor, diante da crise política experimentada naquele momento no Ceará, da qual ele foi grande crítico, quisesse reafirmar uma imagem positiva de sua terra natal. Nessa composição, as belezas naturais — com um sol que aqui não é visto como um castigo, mas como beleza, “que pela manhã desata”, trazendo o canto arrebatador do “sonhassú”, que enchia “de encanto a selva benfazeja” —, aliadas às noites de folguedo, ganhavam destaque, dando a tônica desse espaço “quase ao sopé da serra, em meio à mata” (*Folha do Norte*, 08.07.1914, p.1).

Alguns meses depois, diante da iminente seca de 1915, Rocha Moreira asseverava no poema “Sertanejas” a harmonia entre o homem e a natureza, quebrada justamente com a chegada da seca, que tornava o Ceará uma “terra grandemente infeliz”. Assim, à medida que o literato traduzia para os seus leitores o que significava a infelicidade de sua terra natal, é que se percebia também a própria representação de uma terra que, quando regada pela chuva, revelava “canaviais extensos, cujas folhas se erguiam lindas, como estrias verdes desenhadas no ar”. A constatação da perda dessa harmonia, para o literato, era a hora difícil em que “os cearenses abandonam de novo, como aves de arribação, o ninho construído” (*Folha do Norte*, 20.06.1915, p.1). Era a hora do êxodo, para Fortaleza, para o Pará, para o Amazonas, para o Acre, para o Rio de Janeiro... Aliás, essa metáfora das “aves de arribação” é recorrente em muitos textos escritos pelo autor. Desse modo, decifrar algumas das representações construídas sobre a Amazônia, diante do grande número de cearenses que para essa região se dirigiam, também faz parte das compreensões sobre a experiência da migração.

FLORESTA

Em 1893, o presidente do Ceará, tenente-coronel José Freire Bezerril Fontenelle, mostrava-se preocupado com o fato de que, apesar de “caírem abundantes chuvas” em todo o estado, a agricultura e a indústria pastoril estavam prejudicadas, muitas vezes deixando-se produtos “sem colheita”, por uma crise gerada, segundo ele, pela “falta absoluta de braços”. Em tom de reclamação, José Fontenelle afirmava o motivo do problema: “o cearense depois de ter sido acochado por duas secas tem abusado muito da liberdade de emigrar, pondo-se a correr mundo à procura d’um fantástico paraíso”. As preocupações apresentadas pelo presidente e que não foram só suas, mas também de seus pares, refletiam na forma como o poder público lidava com a migração. Assim, se de um lado reclamava-se da falta de mão-de-obra, de outro, a saída para o Pará, por exemplo, era uma alternativa para o poder público, nos períodos da seca, pois permitia livrar-se de uma parcela da população cearense que, sem ocupação, acarretava gastos e problemas de ordem social para o Estado. Diante disso, o presidente propunha criar-se, no Ceará, “embaraços à emigração”, visando ao “fim do êxodo”.¹³

Apesar dessas preocupações, a migração para a Amazônia, entre finais do século XIX e o início do século XX, foi intensa, sobretudo nos períodos de seca. Essa constante ligação entre o Pará e o Ceará permitiu a construção de variadas impressões sobre a região. Tais impressões sintetizam-se em duas questões centrais: a primeira seria um olhar que se volta para a natureza, um espaço em que se destacam a floresta, as muitas águas dos rios, os animais e as doenças possíveis de se desenvolverem nesse meio ambiente, como o impaludismo; a segunda diz respeito à idéia do Pará como uma espécie de terra da fartura, onde o enriquecimento seria possível.

As impressões causadas pela Amazônia foram destacadas por muitos que por essa região passaram. Rios, florestas, animais, riquezas naturais enfim, que encantavam e que assustavam, são evocados nos relatos de viajantes, naturalistas, estudiosos e turistas, que na região viveram, muitas vezes por vários anos, e que, a princípio, realmente viram o espaço que descreveram.¹⁴ Além dessas impressões, entretanto, existem outras grafadas por pessoas que não estiveram na região e que escreveram a partir das impressões de outros, ou de idéias que circulavam sobre a região.

Um bom exemplo disso são as muitas representações sobre a Amazônia encontradas nas *Mensagens* dos presidentes do Ceará. Esse é o caso da fala de 1893 de José Fontenelle, que, em tom ufanista, saudava o clima cearense, ao

mesmo tempo em que denunciava o fato de que “os igapós da Amazônia têm sido cemitérios, somente para o homem deste clima minimamente seco e sanificado pelos alísios. Ali o sacrifício de vidas excede de 50% dos números dos colonos”.¹⁵

Essas referências a um meio hostil ao homem foram constantes nas representações da região e alvo de preocupações no Pará também, quando se chegou a afirmar que a Amazônia tinha um “clima difamado” (*Folha do Norte*, 21.03.1915, p.1). De fato, os problemas sanitários e as febres tropicais, que tanto assustavam os cearenses, não eram uma singularidade do Pará. Em 1895, o coronel José Fontenelle, ao falar das “manifestações palustres” em Fortaleza, associava a transmissão da doença ao “grande número de doentes” que vinham do Pará e do Amazonas, mas também ao fato de que a própria localização da capital cearense contribuía para isso, uma vez que estava “edificada sobre terreno arenoso, cortada por dois córregos”.¹⁶

Três anos depois, Antonio Accioly descrevia a cidade de Fortaleza com “verdadeiros pântanos” que se formavam depois das chuvas, com “focos de miasmas paludosos que ceifavam grande número de vidas principalmente crianças”. Além de ruas alagadas, “o ar atmosférico de muitos quarteirões” vinha carregado de “exalações impuras do subsolo, úmido e carregado de materiais em decomposição”. O aterramento desses “pântanos” e o prolongamento do calçamento eram medidas que o presidente considerava importantes para a solução do problema.¹⁷

Desse modo, o próprio espaço de Fortaleza não era dos mais salubres, como deixam entrever os gestores dos poderes públicos, imbuídos naquele momento das teorias higienistas. Não resta dúvida de que o imaginário da floresta e dos rios dava de fato a tônica da insalubridade da região Norte, que realmente existia, mas que não pode ser entendida como uma característica somente da Amazônia. A malária, doença que atingia tantos cearenses seringueiros nos leitos dos rios, não deixa de ser referida em Fortaleza, mesmo quando o estado sanitário da capital era lisonjeiro. “Aparecem, é certo, febres de caráter grave devidas ao impaludismo”, afirmava o presidente cearense Pedro Borges, em 1902.¹⁸

A insalubridade da Amazônia também foi lembrada nos versos de Juvenal Galeno. No entanto, essa mesma natureza selvagem e hostil tem algo a oferecer ao cearense, pois “os rios lá não secam” e “o trabalho nunca falta”. Nesse meio, o cearense “audaz afronta todos os perigos”. E diante disso, com imaginação poética, como se ele próprio fosse o cearense em meio à floresta amazônica, o poeta interroga: “Que importa a febre que assalta traiçoeira e perti-

naz? Que importa a fera no bosque, nos rios o jacaré; as enguias no igarapé”. Na forma pela qual representa a Amazônia, Galeno utiliza-se, provavelmente, do que se falava desse espaço, retratando assim uma natureza que é vencida pela coragem do cearense na selva que “labuta ao sol, à chuva”.¹⁹

Essa mesma hostilidade da floresta, a memória da terra natal e a Amazônia, como um castigo que o protagonista se impõe a viver, espécie de exílio forçado como seringueiro, é o foco da história intitulada um “Amor trágico”, publicada em 1904 no *Almanaque do Ceará*. Essa pequena crônica descreve as últimas cenas da vida de Elvira e Flávio. Ela, num quarto de hospital em Fortaleza, “jovem louca ... de cabelos em desalinho, semblante velado por uma nuvem de tristeza, olhar vago e indeciso ... a imagem da dor”. Ele, no leito do rio Tocantins, no “interior de um barracão”, sofrendo com a febre, agarrado ao retrato de Elvira, imagem de quando ela ainda era bela, explicando a um cearense de regresso à terra natal que “este retrato tem uma História ... que é também a minha História, o resumo de minha vida...”.

Depois de entrar em contato com a agonia de Elvira, que “há dois anos” alienava-se do “mundo e da felicidade”, o leitor vislumbra o lugar que o cearense Flávio escolheu para o seu degredo voluntário: a Amazônia. Da barraca de seringueiro de Flávio, desvelava-se um mundo de encantos, medos e dores. Um mundo que, para quem vivia no Ceará, parecia de fato assustador, diante do contato com o desconhecido de “matas povoadas de mistérios”.

Na crônica, ao conversar com um seringueiro que estava de volta para o Ceará, Flávio, sabendo que não voltaria à terra natal, identifica-se. Ao fazer isso, o texto deixa para os leitores a denúncia das dificuldades enfrentadas pelos seringueiros, além de reforçar o imaginário de uma terra distante e selvagem: “Eu também sou natural desse pobre Estado ... cujos filhos vêm aqui deixar a vida ... supondo encontrá-la. — Sou natural do Ceará”. Nesse mesmo contexto, Flávio justifica a sua partida, que teria sido fruto de uma calúnia sobre a fidelidade de Elvira. Diante de tanta dor e vergonha, “sem que ninguém soubesse”, como um “miserável”, um “trânsfuga do amor”, ele resolve partir. O desfecho trágico para esse amor seria então o exílio voluntário de Flávio na Amazônia, aqui representada como uma terra que é “refúgio dos deserdados”.²⁰

Não muito diferente da história de Flávio, mas desta vez com final feliz, é outra crônica também publicada no *Almanaque do Ceará*, “Episódio da seca”, escrita em 1917. O autor, que se identifica apenas como Yan, conta a seus leitores as memórias de uma seca que ele não identifica, descrevendo as tristezas de “um velho caboclo” para sustentar a sua família em tempos de seca

no sertão. Ao longo do texto, o autor destaca as relações do sertanejo com a natureza na medida em que este percebe a chegada da seca a partir da floração de um pau d'arco, pois segundo o caboclo no ano “em que ele não fulora ... a seca é certa”. Ao mesmo tempo a Amazônia, que aparece como uma alternativa para a seca através da fala do caboclo, “não deixo meu rancho para ir morrer no Norte”, é representada como um lugar do qual não se volta, onde o sertanejo iria encontrar a morte.²¹

Em outra descrição de um sertanejo, na Amazônia, desta vez imaginada por Rocha Moreira, o cearense vê-se envolto nas águas do “rio-mar” que “corriam sobre o soalho de sua choupana rústica”. Diante das águas que cresciam, do “alto de uma árvore” ele via, pela força da água, lhe “fugirem os objetos mais caros e as lembranças mais felizes da sua vida nômade”. Nessa cena, sobressai o “medo das águas”, a destruição provocada pela subida do rio, que tudo derrubava, árvores, animais, casas, em contradição com o motivo que trouxera o sertanejo para aquela terra, a ausência de água. Para Rocha Moreira, a mesma destruição trazida pela seca parecia perseguir o sertanejo, na Amazônia, com as águas (*Folha do Norte*, 06.03.1915, p.1).

Mais de um ano depois da publicação desse texto, em abril de 1916, em uma pequena seção da *Folha do Norte*, intitulada “Chroniqueta”, Rocha Moreira reforçava essa sina do cearense em lutar com a natureza, desta vez com a subida das águas que invadiam a cidade. Nas palavras do poeta, “a natureza é por vezes de uma ironia pungente”, em relação ao cearense, pois se quando ele está no sertão “maldiz o astro assassino que tudo destrói”, ele que “ama as águas”, na Amazônia, “ante ao volume de água doce”, sentia até “nostalgia do torrão distante”. Essa constante contradição experimentada pelo cearense — que luta para sobreviver quando não tem água, e igualmente quando a tem em abundância — é marcante na representação que Rocha Moreira faz, a ponto de ele afirmar que diante disso “a via dolorosa do expatriado, porém, nunca termina” (*Folha do Norte*, 04.04.1916, p.1).

Como cearense que era, o autor também não deixava de asseverar, em sua representação do sertanejo, os vínculos identitários que, mesmo na Amazônia, seus conterrâneos mantinham com o Ceará, representando-os, assim, como sujeitos sociais que buscavam construir o rumo de sua própria história. Apesar disso, não se pode perder de vista certo olhar determinista nos personagens anônimos criados por Rocha Moreira, pois o cearense, na Amazônia ou no sertão, na visão do poeta, teria de lutar contra o meio em que vivia para sobreviver.

Em outros versos do poema “Seca”, também de Rocha Moreira, mais uma

vez o poeta evoca as águas e a floresta, imaginando um delírio de febre de um seringueiro na Amazônia. A febre do sertanejo fazia aflorar, pela imaginação do poeta, a lembrança da família que deixara no Ceará. Nesses versos, em que o seringueiro “pensa em ver o seu lar”, as imagens da floresta se mesclam com a memória do sertão, com referências de uma outra natureza, a do Ceará, da qual o sertanejo sentia saudades. Apesar disso, a imagem da insalubridade da região amazônica não deixa de ser evidenciada com a febre que “devora” o cearense na floresta (*Folha do Norte*, 02.05.1915, p.1).

Se, nas representações sobre a Amazônia, sobressaem as agruras da vida na floresta, tão importante quanto essas imagens é a idéia de um verdadeiro “Eldorado” que se propaga sobre a região. Aliás, em outros espaços do Brasil, como Mato Grosso e Rondônia, por exemplo, o desconhecimento acerca desses lugares parece reforçar o imaginário de uma região fabulosa e cheia de riquezas.²²

Em 1893, o presidente Fontenelle, ao reclamar da falta de braços, não deixou de fazer referência a uma questão importante e pouco lembrada pela historiografia: o fato de que, do Ceará, nem sempre se emigrava por “motivo de fome, ou falta de trabalho”, mas também, segundo ele, “pela falsa idéia” que se tinha dos salários na Amazônia. Completando sua afirmação, argumentava ainda que essa “ilusão” também era resultado “da sedução empregada por ambiciosos, que vêm recrutar as vítimas até os remotos sertões”.²³

Esse pensamento sobre a atração causada pela Amazônia não era restrito apenas às autoridades cearenses. No Pará, também havia preocupação nesse sentido, na medida em que o aumento populacional acarretava maiores gastos para os cofres públicos. Diante disso, em 1908, o governador Augusto Montenegro se manifestou, comparando a atração exercida pela borracha à corrida do “ouro californiano”.²⁴ Nesse contexto, não resta dúvida de que com a efervescência da economia da borracha e também o desenvolvimento de projetos de colonização agrícola para o estado do Pará, com a noção da opulência dessa terra, entre o final do século XIX e o início do século XX, propagava-se, tanto pelo poder público paraense, como por pessoas que pela região passavam e depois voltavam ao lugar de origem, a possibilidade de enriquecimento com o trabalho na lavoura, e também na coleta do látex.

Para uma população como a de muitas cidades cearenses, flagelada por secas periódicas, ou presa a proprietários de terras que não lhes permitiam prosperidade, a Amazônia aparecia como um espaço de atração. É possível que a relativa proximidade dessa região ao Ceará também contribuísse para isso. Em 1901, o presidente do Ceará chegou até a afirmar que, para os cea-

renses, a emigração para o Pará e o Amazonas não se assemelhava a um “exílio”, não só pelas “estreitas relações comerciais e outras ordens de interesse”, mas também pelo “pronto regresso à terra natal”.²⁵ Tudo leva a crer que a fala do presidente foi um argumento utilizado por ele para justificar a saída de grande número de flagelados pela seca. Entretanto, as motivações evocadas pelos migrantes quando solicitam passagens ao governo para fazerem a viagem do Ceará para a Amazônia, ou por seus descendentes, quando se recordavam dos motivos da vinda da família ao Pará, nos aproximam um pouco dessa realidade social.

Em 1895, o presidente Fontenelle recuperava os mesmos problemas do ano de 1893, referindo-se à “afitiva situação da lavoura” no Ceará, tanto pelo falta de irrigação, como pelo fato de que, nas suas palavras, a população rural continuava a “fugir, por essa espécie de mania à procura de um Eldorado inatingível na Amazônia”.²⁶ Ora, esses indícios nos remetem à história de sujeitos sociais que buscavam traçar os rumos de sua própria vida, mesmo que, nesse caso, muitas vezes fosse necessário deixar para trás a família e a terra natal. Pouco importa se o cearense, ao chegar à Amazônia, deparasse com muitos obstáculos para o encontro da tão sonhada riqueza; menos ainda, se de fato percebesse tratar-se de ilusões. O que interessa é o motivo que gerava a sua vinda, nem sempre a seca, situação limite na qual, muitas vezes, o migrante se apresentava quase à beira da morte.

Também através da *Folha do Norte* é possível rastrear indícios dessa idéia da Amazônia como um lugar em que, com o trabalho, se poderia enriquecer. Em 1898, por exemplo, na coluna “Jornal dos Estados”, apareceu uma pequena nota sobre o termo de Igatu, no Ceará, em que, dando conta da circulação de dinheiro falso, alertava-se para o fato de que tinha “chegado de regresso muita gente do Amazonas, trazendo notas” (*Folha do Norte*, 05.04.1898, p.1). O mesmo jornal, em 1910, anunciava a saída do porto de Camocim, no Ceará, do vapor “Sobral”, que conduzia ao estado do Pará “mais de trezentos passageiros, gente em sua maioria destinada a trabalhar na ‘árvore de ouro’” (*Folha do Norte*, 06.04.1910, p.1). Por essas pequenas notícias, pode-se perceber um pouco desse imaginário que circulava sobre a Amazônia, entendida como uma região destinada ao enriquecimento; a metáfora da seringueira como “árvore de ouro” é significativa nesse sentido.

Fica evidente, também, uma troca de informações sobre o que acontecia no Ceará e no Pará, o que contribuía para a formação de um imaginário acerca desses dois estados. Em 1º de janeiro de 1914, em tom jocoso, uma agência de loteria de Belém, a “Mão feliz”, em uma propaganda publicada na *Folha do*

Norte com o título “Revolução no Ceará”, fazia uma alusão aos conflitos em Juazeiro, a partir de um telegrama ficcional enviado por padre Cícero, direto do “Palácio governo revolucionário”. Em código Morse, padre Cícero dizia ser conhecedor da abertura da agência e, por isso, solicitava “depositar banco bilhete sorte grande”, pois ele precisava desse dinheiro para “continuar movimento”. Para além dos risos que a propaganda da “Mão feliz” venha a suscitar, delineia-se também a idéia do Pará como um lugar de riquezas e prosperidade, ao qual até padre Cícero recorria. Além do mais, demonstra-se que o enredo fazia sentido para os leitores do jornal, do contrário, a propaganda não teria sentido (*Folha do Norte*, 01.01.1914, p.4).

Fazendo parte desse mesmo contexto, também no ano de 1914 a *Folha do Norte* trouxe ao público uma suposta carta enviada do interior do Ceará, cujo destinatário morava em Belém. O autor da possível carta, cujo nome não foi publicado diante dos conflitos de Juazeiro, demonstrava o seu interesse em migrar para o Pará, espaço entendido como “uma verdadeira Terra da Promissão”, na qual se poderia progredir, especialmente com o trabalho agrícola. Na realidade, não é possível afirmar a autenticidade da carta, ou se essa era uma estratégia utilizada pelo redator para conferir *status* de verdade ao texto publicado, dando assim liberdade ao articulista de expor seu pensamento político, por exemplo. Fica evidente o interesse de se passar aos leitores da *Folha do Norte* a idéia de um Pará que atraía pessoas de outros estados, justamente por ter terras que possibilitavam a prosperidade da lavoura (*Folha do Norte*, 29.07.1914, p.1).

Com a crise da economia da borracha, assevera-se um discurso da prosperidade com o trabalho na agricultura, ao mesmo tempo em que percebemos certa preocupação relacionada à preservação dos recursos naturais, exemplo das solicitações da “Comissão Permanente de Defesa Econômica da Amazônia” para que se comemorasse o Dia da Árvore (que veremos adiante). Ao mesmo tempo em que se falava da Amazônia, construindo-se múltiplas imagens da natureza desse espaço, no Pará também se buscava erigir uma imagem para a região. Dessa forma, contestando a imagem do clima inóspito ou valorizando as riquezas naturais da região, incentivando-se o trabalho na agricultura, festejando-se o Dia da Árvore, delineava-se, na imprensa e nas mensagens dos poderes públicos, uma imagem mais positiva desse espaço.

No caso da agricultura, recorria-se ao ideário de uma terra opulenta, fértil e abundante, cujo florescimento dependia apenas do “lavrador operoso”. Por essa perspectiva, Rocha Moreira, em tom ufanista, assim se pronunciava: “No Pará, os rios e os regatos são as veias que circulam por esse estranho e

lindo corpo que é a terra”. Acreditava o literato — tal qual boa parte dos poderes públicos paraenses de finais do século XIX e início do século XX — que o agricultor acostumado a “mandar na gleba, não pode chorar a falta de pão... só os inimigos das leiras e dos campos falam da penúria no riquíssimo vale da Amazônia” (*Folha do Norte*, 20.06.1915, p.1).

Por esse pensamento, apostava-se, quase que exclusivamente, no trabalho do lavrador para a prosperidade da terra.²⁷ Não se consideravam as dificuldades para a implementação dessa agricultura, como a derrubada da mata, a instalação dos lavradores nesse espaço, a efetivação das plantações e a espera da colheita e, por fim, os meios de transporte necessários para o escoamento da produção, que nem sempre estavam disponíveis. Nesse entendimento da Amazônia como um espaço de natureza opulenta e terra fértil, espaço que, por essas qualidades, poderia garantir o sucesso do migrante que resolvesse instalar-se na região, temos a construção de uma imagem da Amazônia que correu pelo Ceará e que, sem dúvida, influenciou na decisão de muitos cearenses no sentido de deixar ou não o seu lugar de origem.

Desse modo, em 1898, entre os dias 9 e 15 de março, a *Folha do Norte* publicou um conjunto de seis artigos, intitulados “Pelo futuro da Amazônia”, em que um articulista anônimo buscava fazer uma reflexão sobre a Amazônia daquele momento. Nesses artigos, delineia-se uma compreensão da natureza da Amazônia e, ao mesmo tempo, do papel do homem em relação a essa natureza. No primeiro texto, as preocupações se voltavam para o Brasil, visto como um país que valorizava uma única atividade produtiva — no caso do Norte, a borracha, e no Sul, o café —, em detrimento de outras “fontes de riqueza” (*Folha do Norte*, 09.03.1898, p.1).

Na realidade, essa preocupação, que apontava uma falta de exploração da riqueza regional, não era nova. Em praticamente todos os discursos dos governadores do Estado do Pará, entre 1889 e 1916, ela se manifestou, mesmo nos momentos em que a extração da borracha era bastante lucrativa. A idéia de uma terra fértil, mas que precisava ser explorada e valorizada através da agricultura, aliada a uma crítica ao exclusivo extrativismo da borracha, sem dúvida, é a tônica dos muitos discursos sobre a Amazônia. Na historiografia, esse “abandono” da agricultura em função de uma valorização do extrativismo da borracha é um tema sempre presente.²⁸ De fato, a borracha foi durante um bom período o principal produto no quadro das exportações paraenses, o que, sem dúvida, em termos econômicos, colocava em segundo plano outros itens que, de qualquer modo, permaneciam, apesar da importância do látex. Ao lado disso, uma agricultura voltada para o consumo interno, além

de uma produção vinda dos engenhos, sempre foram atividades presentes na economia paraense. Desse modo, ao se falar do “abandono” da agricultura é necessário definir de que região do Pará se está falando, entendendo esse espaço em suas diferenças.

O autor dos textos intitulados “Pelo futuro da Amazônia”, como que antecipando o pensamento de Euclides da Cunha acerca das “aberrações” da natureza, acreditava que só com o “esforço e tenacidade” do homem, aliados aos “progressos das ciências agrônômicas”, se construiria um futuro de prosperidade para a região, com o surgimento de “uma nova era, verdadeira era de felicidade de emancipação”. Dessa perspectiva, portanto, na Amazônia tinha-se uma natureza com “aberrações”, que precisava ser “modificada na sua primitiva constituição” (*Folha do Norte*, 10.03.1898, p.1).²⁹

Passados alguns anos dessas observações, em 1907, o governador Augusto Montenegro, diante do evidente sucesso das plantações de seringueiras asiáticas, alertava para a necessidade de se “enveredar pelo caminho, por outros países aberto, de transformação da indústria extrativa em uma verdadeira indústria agrícola”. Por essa perspectiva, havia o interesse de se plantar até mesmo a “preciosa árvore” da seringueira. Assim, à medida que os anos iam passando, modificava-se a forma pela qual as autoridades lidavam com o extrativismo da borracha. Esse produto passou a ser entendido não somente como uma dádiva da natureza amazônica, como uma planta possível de florescer apenas na própria região, mas como um recurso natural que poderia ser produzido sistematicamente e que deveria ser, também, preservado. A exemplo disso, Augusto Montenegro apresentou, em sua *Mensagem*, uma referência ao trabalho de Jacques Huber, diretor do museu Goeldi, o qual, em uma monografia sobre a borracha, buscava levar aos lavradores paraenses conhecimentos que lhes permitissem “aproveitarem e desenvolverem o precioso dom com que nos mimoseou a natureza”.³⁰

Dentro dessas preocupações sobre as transformações que deveriam ser processadas na natureza amazônica, em 1913 Severino Silva escreveu no Rio de Janeiro um texto, intitulado “Visão da Amazônia”, publicado no ano seguinte pela *Folha do Norte*. Nesse trabalho, fica evidente a influência de Euclides da Cunha nas observações do autor sobre a Amazônia, quando se referiu à paisagem da região como um “imprevisto de anarquia e desordem geológica” e qualificou os rios como um “cosmos imperfeito e impreciso”, que parecia fugir à “sistematização regular das leis e postulados da hidrografia”. Do mesmo modo, tal qual Euclides da Cunha, concluía que a Amazônia diante dos seus mistérios era um espaço a “desafiar a cultura dos eternos pesqui-

sadores” (*Folha do Norte*, 06.01.1914, p.1). Apesar da pouca originalidade do pensamento de Severino Silva, num ponto parece que foi além de Euclides da Cunha; é numa espécie de certeza que teve de que seria possível transformar a região, a partir de seus recursos naturais, desde que para isso existisse ajuda dos administradores do Brasil.

Alguns meses depois, o mesmo Severino Silva, em conferência proferida na sede da Associação do Comércio do Pará, diante da grave crise econômica, fruto do fim do monopólio da produção da borracha pela Amazônia, historiava os abusos sofridos pelos recursos naturais da floresta na retirada desenfreada do látex, na medida em que enfatizava o corte brutal de árvores a fim de se arrancar “o líquido generoso”. Para o articulista, na medida em que se praticavam esses abusos contra a *hevea brasiliensis*, não havia uma preocupação se “estudar a atividade, os segredos biológicos da árvore de ouro, nem de protegê-la” (*Folha do Norte*, 08.05.1914, p.1).

Na realidade, ao contrário do que pensava o conferencista, não se pode afirmar que não houvesse nenhum tipo de estudo sobre a seringueira, ou que não houvesse preocupação com o fim dessa riqueza natural, a julgar pelos pronunciamentos dos poderes públicos ou por trabalhos como os de Jacques Huber, já mencionado. Ou ainda do trabalho de Theodoro Braga, de 1911, sobre o município de Breves, em que esse autor, com base em documentos oficiais, dedicou uma parte de seu estudo às plantações de seringueiras.³¹

Apesar disso, não resta dúvida de que houve muita devastação na coleta do látex. A redenção para o Pará, diante da crise, era justamente, para Severino Silva, encontrada na implementação da agricultura e, igualmente, na valorização de recursos naturais que, ao lado da seringueira, poderiam ser utilizados, por exemplo, em manufaturas. Além disso, para o “futuro da Amazônia”, o autor não deixava de fazer referência aos minérios, às pedras preciosas, à pecuária, atividades que poderiam gerar prosperidade. Diante de leitores acostumados a ver uma Amazônia que, em 1914, era ainda conhecida pela borracha, apesar da crise que cercava essa atividade, Severino Silva não deixou de destacar outros produtos que deveriam ser mais bem explorados, como:

o cacau, a castanha, o buriti, a oferecer, no caule fibras para a manufatura têxtil e nos frutos precioso marfim vegetal ... as plantas oleaginosas, a andiroba, a ucuúba, a copaíba, tão primitivamente exploradas ... As próprias aningas malditas, um depósito de fibras preciosas ... as madeiras preciosas e fortes ... além de faixa vastíssima de solo incultivado. (*Folha do Norte*, 12.05.1914, p.1)

As preocupações e queixas do articulista não eram novas. O barão de Marajó, em um opúsculo, já apresentava sua crítica com teor semelhante ao que, anos depois, Severino Silva traria aos leitores da *Folha do Norte*, o que nos induz a pensar que possivelmente este teria lido tais observações. Assim, o barão de Marajó, falando das riquezas da região em 1883, afirmava serem essas tantas que era “impossível numerá-las” sem transformar seu trabalho em uma “Flora Amazonense”. Cita como produtos do “reino vegetal”: algodão, anil, baunilha, cana-de-açúcar, castanha, óleo de copaíba, cravo, cumaru, óleo de rícino, salsaparrilha, guaraná, gergelim, tabaco, estopa, piaçaba, a sumaúma, o puxuri, “fibras vegetais”, “óleos como o de andiroba ... e finalmente, goma elástica, que quase por si só constitui a riqueza do Pará, e é origem de sua prosperidade”.³²

Essas perspectivas evidenciam o que poderíamos chamar — com as devidas proporções, para não incorrerem em anacronismos — certa preocupação ecológica. Melhor dizendo, compreensão de que a floresta, se bem aproveitada, poderia gerar outras fontes de riqueza além da exploração da seringueira. Embora pareça que essa compreensão da importância da flora da região tenha se intensificado com a crise da borracha, o que levava à busca de alternativas de produção, mesmo antes disso, foi-se delineando um discurso que procurava descrever a região como um espaço de natureza bela e fértil, capaz de atrair visitantes, negociantes, imigrantes estrangeiros.

Essas preocupações se justificavam diante de uma imagem negativa, que — segundo alguns discursos dos poderes públicos paraenses — havia se criado da região. Em 1892, o governador do Pará, Lauro Sodré, lamentava a imagem que se tinha daquele estado, “fora do país e dentro dele nos estados do sul” como a “região de todos os males”. Na visão de Lauro Sodré, a solução para essa imagem distorcida da região estava no que ele chamava de “propaganda incansável e racional” e, também, no próprio “testemunho dos sábios e viajantes” que tinham passado pela região, prova de que o clima, por exemplo, não era tão intolerável como se havia propagado.³³

O debate a respeito do clima não ficaria restrito, entretanto, ao século XIX, quando mais explicitamente o governo empreendia um projeto de colonização pensado com o trabalho de imigrantes estrangeiros, ou quando se buscava na nascente República combater a imagem de insalubridade da região, dando-lhe características mais modernas.

Em 1915, o discurso era praticamente o mesmo, a ponto de se falar da imagem negativa do clima da região como “A lenda perversa”. Em março de 1915, a *Folha do Norte* trazia estampada em sua primeira página a transcrição

de uma conferência, proferida na Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, pelo Dr. Arthur França, que visava “restabelecer a verdade, tão impatrioticamente deturpada sobre as excelências do clima amazônico”. Visando fortalecer seus argumentos contra uma espécie de “imaginação fabuladora” que deturpava o clima da região, o Dr. Arthur França lembrava que na Amazônia existia a malária também presente em outros países civilizados, onde as doenças também grassavam. Nesse sentido, indagava: “E por ventura é o nosso impaludismo mais terrível que a *scarlet-fever* na Inglaterra ou a febre tifóide na França?” (*Folha do Norte*, 21.03.1915, p.2).

Não resta dúvida de que a preocupação com o que se dizia da região era muito presente na Amazônia, pois acreditava-se que o progresso desse espaço se construiria também mudando-se a imagem da insalubridade que havia muito tempo se tinha, dando destaque para outras características que compunham o espaço amazônico.

Essa visibilidade dos recursos naturais, em finais do século XIX, tornava-se cada vez mais presente na construção da imagem positiva que se pretendia construir para a região, em resposta à idéia da insalubridade. Em “Fotografias do Pará”, série de cinco textos publicados na *Folha do Norte* em 1898, Álvares da Costa buscava justamente demonstrar a viabilidade da exploração dos recursos naturais do Pará. Diante disso, fazia uma comparação com o que existia na natureza de Paris, e que tanto deslumbrava os seus visitantes, alertando que o Pará possuía também uma “flora invejável” (*Folha do Norte*, 10.03.1898, p.1).

Assim, entre as ações voltadas para a valorização dos recursos naturais no Pará, temos a instituição das festas do Dia da Árvore, em 1911, pelo governador João Coelho, entendidas como uma “tradição honrosa nos grandes países cultos da atualidade”.³⁴ As escolas seriam, então, o espaço propício para essa prática, que ia se consolidando, tomando o exemplo de outros países considerados modernos. Essa “invenção”, vista à luz do pensamento de Hobsbawm, faz lembrar conforme enfatiza esse autor que não raro tradições são inventadas em momentos de rápidas transformações sociais.³⁵ Pode-se dizer que no caso do Pará, as mudanças na economia da borracha, aliadas à preocupação com a agricultura e também a um ideal de modernidade para o estado, levaram a essa “invenção” da Festa da Árvore.

Assim, por ocasião do Dia da Árvore, em junho de 1914, realizava-se em Belém uma grande festa contando com a presença de alunos de escolas municipais, estaduais e particulares, além de um grande número de autoridades locais. Essa cerimônia revelava-se propícia para o fortalecimento do patrio-

tismo, do amor ao Pará. Iniciada com o “Hino nacional em homenagem à felicidade do Brasil, sob os auspícios da agricultura” o ponto alto dessa solenidade seria a plantação de algumas árvores — vinte coqueiros, quatro palmeiras jarinas e duas laranjeiras japonesas — que buscavam homenagear, entre outros, homens como o Dr. Jacques Huber, já falecido na ocasião. Este, como diretor do Museu Goeldi, estudara a fauna e a flora da região, dedicando parte de seus estudos à seringueira (*Folha do Norte*, 07.06.1914, p.1).

A festa, organizada pela “Comissão de Defesa Econômica da Amazônia”, demonstrava claramente o interesse na valorização da flora paraense, mas, ao mesmo tempo, constituía o momento de se homenagear homens, instituições e acontecimentos considerados importantes para a história do desenvolvimento econômico do Pará. Num momento de crise, em que a economia da borracha entrava em decadência, as autoridades locais buscavam encontrar na natureza regional outros elementos capazes de despertar na juventude o ufanismo pelo Pará, capazes de aguçar o interesse pelas muitas riquezas naturais.

Sem dúvida, se a mudança no mercado internacional da borracha acarretou grandes perdas para a economia local, ela também foi responsável pela busca de outras alternativas de produção. Além do mais, levou a uma compreensão de que os recursos naturais da floresta eram falíveis e igualmente de que a Amazônia era um espaço ainda desconhecido, que precisava ser cultivado e explorado e que guardava bem mais riquezas do que a já saturada go-ma elástica.

No segundo semestre do ano de 2005, pela televisão, os brasileiros, acostumados com as mazelas do Nordeste, depararam com imagens de trechos da Amazônia por onde corriam rios, agora secos como se fossem trechos de riachos e açudes de sertões cearenses. As imagens da terra rachada e da ausência de água davam a tônica de um noticiário que demonstrava que a estiagem, em uma parte da Amazônia, havia levado à seca de braços de rios e à morte de animais. O espectador desavisado, ao primeiro olhar, é bem provável que tenha imaginado tratar-se de mais uma seca a assolar os sertões do Ceará. Os mais atentos, diante da floresta virando sertão, quem sabe, não evocaram a memória das possíveis profecias de Antônio Conselheiro, de que o mar ia virar sertão.

Essas imagens contemporâneas remetem às histórias acontecidas também entre 1889 e 1916, que ligavam o Ceará ao Pará, uma vez que seca, floresta, sertão, rio e gentes foram elementos evocados, na tentativa de elucidar a vinda de cearenses para o Pará, a partir dos significados atribuídos à natureza desses diversos espaços.

NOTAS

¹ Raimundo Girão registra na história do Ceará “os efeitos horrendos de secas de larga duração, atingindo três anos consecutivos, dentre elas as verificadas em 1721/1725, 1777/1778, 1790/1793, 1824/1825 e 1877/1879. Anotam-se também as de 1692, 1710/1711, 1809/1810, 1844/1845, 1888/1889, 1915 e 1932/1933”. Ver: “Panorama Econômico do Ceará”. In: GIRÃO, Raimundo; MARTINS FILHO, Antônio. *O Ceará*. Fortaleza: Ed. Fortaleza, 1939. p.165. Itamar de Souza e João Medeiros Filho identificaram no Nordeste, ao longo de cinco séculos (entre o século XVI e o século XX), quarenta e uma secas com durações que variaram entre seis meses e um ano. As secas que aconteceram no período dessa pesquisa, isto é, entre 1888 e 1916, são as seguintes: 1888-1889; 1898; 1900; 1903-1904; 1915. Cf. SOUZA, Itamar; MEDEIROS FILHO, João. *Os degredados filhos da seca: uma análise sócio-política das secas no Nordeste*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983. p.38-9.

² Ver a tradição de “Santa Luzia”, sobre a previsão de chuva, descrita por Euclides da Cunha. CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Campanha de Canudos. 28.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília: INL, 1979. p.93.

³ CASCUDO, Luís da Câmara. *Contos tradicionais do Brasil* (compilados por Câmara Cascudo). 12.ed. São Paulo: Global, 2003. p.III.

⁴ Para um levantamento geral sobre manchas de sol e seca, ver: TEOPHILO, Rodolpho. As manchas do sol e as secas. A causa destas e os meios de atenuar seus efeitos. In: *Comemorando o tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará. 1603-1903*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1903. p.421-31.

⁵ DAVIS, Natalie Zemon. A Sabedoria proverbial e os erros populares. In: *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.188-217; OBELKEVICH, James. Provérbios e História social. In: BURKE, Peter; PORTER, Roy. *História social da linguagem*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997. p.41-2.

⁶ Fala com que o Exm. Sr. Senador Henrique Francisco d’Avila presidente da Província do Ceará, abriu a 2ª Sessão da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de julho de 1889. [Fortaleza]: Typ. da Gazeta do Norte, 1889. p.3-4. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará pelo presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly em 4 de julho de 1898. Fortaleza: Typographia Econômica, 1898. p.23.

⁷ CAMPOS, Humberto. Rosa de Jericó. In: *Fatos e feitos*. Apresentação de Henrique de Campos. São Paulo: Ed. Brasileira, 1949. p.35-6.

⁸ Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1901 pelo presidente do Estado Dr. Pedro Augusto Borges. Fortaleza: Typ. Econômica, 1901. p.31. Sobre a seca e a cidade de Fortaleza, com problemas como higienização, saúde, disciplina ler: NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000; RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secreta-

ria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001; SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Org.) *Seca*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002.

⁹ MORAIS FILHO, Melo. *Festas e tradições populares do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002. p.219-24; ROMERO, Sílvia. *Folclore brasileiro: cantos populares do Brasil* [1897]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985. p.37. CASCUDO, Luís da Câmara. *Superstição no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985. p.48-54.

¹⁰ *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho Governador do Estado em 1 de fevereiro de 1901*. Belém: Imprensa Oficial, 1901. p.72.

¹¹ *Almanach Administrativo, Estatístico, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1905, confeccionado por João da Camara. Ano 11º*. Fortaleza: Empresa Tipographica, 1904. p.140-1. O verso “sou cearense e me ufano” aparece em outro contexto também, em que Juvenal Galeno não fala dos retirantes da seca, mas de acontecimentos e pessoas do Ceará, como o pioneirismo em libertar seus escravos, do orgulho dos romances de José de Alencar, por tudo isso afirma “Sou cearense, e a minha glória é sem par!”. GIRÃO & MARTINS FILHO, op. cit., p.130.

¹² WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.387-8.

¹³ *Mensagem do Presidente do Estado Tenente Coronel Dr. José Freire Bezerril Fontenelle à Assembléia Legislativa do Ceará em sua 2ª sessão ordinária da 1ª Legislatura*. Fortaleza: Typ. d'A República, 1893. p.14.

¹⁴ Podemos citar, entre muitos, alguns dos observadores que passaram pela região e que deixaram suas impressões sobre esse espaço: BATES, Henry Walter (1825-1892). *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979; WALLACE, Alfred Russel (1823-1913). *Viagem pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979; Adalberto, Príncipe da Prússia (1811-1873). *Brasil: Amazonas e Xingu*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977; KIDDER, Daniel P. (1815-1891). *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Província do Norte)*. Compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias. São Paulo: Livr. Martins, 1943; CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. 2.ed. Organização, introdução e notas de Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994; GODINHO, Victor; LINDENBERG, Adolpho. *Norte do Brasil. Através do Amazonas, do Pará e do Maranhão*. Rio de Janeiro/São Paulo: Laemmert, 1906.

¹⁵ *Mensagem do Presidente do Estado Tenente Coronel Dr. José Freire Bezerril Fontenelle à Assembléia Legislativa do Ceará em sua 2ª sessão ordinária da 1ª Legislatura*. Fortaleza: Typ. d'A República, 1893. p.14.

¹⁶ *Mensagem do Presidente do Estado do Ceará C.el dr. José Freire Bezerril Fontenelle À Respectiva Assembléia Legislativa em sua 4ª sessão ordinária da 1ª Legislatura*. Fortaleza: Typ. d'A República, 1895. p.140.

¹⁷ *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará pelo presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly em 4 de julho de 1898*. Fortaleza: Typographia Econômica, 1898. p.8.

¹⁸ *Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Ceará em 1.07.1902 pelo Presidente do Estado Dr. Pedro Augusto Borges*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1902. p.16.

¹⁹ *Almanach Administrativo, Estatístico, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1905, confeccionado por João da Camara. Ano 11º*. Fortaleza: Empresa Tipographica, 1904. p.140.

²⁰ *Almanach Administrativo, Estatístico, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1905, confeccionado por João da Camara. Ano 11º*. Fortaleza: Empresa Tipographica, 1904. p.159, 161.

²¹ *Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1918 — Diretor e Organizador Sophocles Torres Câmara*. Fortaleza: Typ. Moderna — Carneiro e C., 1918. p.210.

²² Ver por exemplo: LEAL, Joaquim Ponce. *Os homens e as armas: o conflito campo-cidade no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Rio Arte, 1988. p.292; COSTA, Maria de Fátima. *A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade/Kosmos, 1999. p.17; MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”*. São Paulo: Educ, 1998. p.96.

²³ *Mensagem do Presidente do Estado Tenente Coronel Dr. José Freire Bezerril Fontenelle à Assembléia Legislativa do Ceará em sua 2ª sessão ordinária da 1ª Legislatura*. Fortaleza: Typ. d'A República, 1893. p.15.

²⁴ *Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908. p.11.

²⁵ *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 1.07.1901 pelo Presidente do Estado Dr. Pedro Augusto Borges*. Fortaleza: Typ. Econômica, 1901. p.29.

²⁶ *Mensagem do Presidente do Estado do Ceará C.el dr. José Freire Bezerril Fontenelle À Respectiva Assembléia Legislativa em sua 4ª sessão ordinária da 1ª Legislatura*. Fortaleza: Typ. d'A República, 1895. p.5.

²⁷ Fernando Antonio Lourenço, discutindo o liberalismo e o escravismo nas origens da questão agrária brasileira, afirma que “a História da agricultura no Brasil tem-se caracterizado por um estilo de desenvolvimento que instaura uma modernização sem modernidade, isto é, um incremento das forças produtivas sem a realização do tão prometido ingresso dos trabalhadores a cidadania. Alguns legados coloniais escravistas persistiram, renovados. A cultura extenuativa dos campos, as diversas formas de trabalho compulsório, a dominação pessoal, o favor, a violência e a ausência de uma profunda reforma agrá-

ria”. LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravidismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. p.194-5.

²⁸ Ver por exemplo: BARATA, Manuel. *A antiga produção e exportação do Pará: estudo histórico-econômico*. Belém: Typ. da Livraria Gillet de Torres e Comp., 1915; SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

²⁹ Ver: CUNHA, Euclides da. Rios em abandono. In: *Um paraíso perdido*, cit., p.48.

³⁰ *Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1907 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado*. Belém: Imprensa Oficial, 1907. p.5.

³¹ BRAGA, Theodoro. *O município de Breves (1783-1910)*. Monografia organizada com o estudo feito sobre documentos oficiais e obras vulgarizadas. Belém: Livraria Gillet de Torres e Comp., 1911. Uma boa leitura sobre as tentativas de “domesticação” das seringueiras é DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.

³² ABREU, José Coelho da Gama e., Barão de Marajó. *A Amazônia. As províncias do Pará e Amazonas*. Lisboa: Typographia Minerva, 1883. p.20.

³³ *Mensagem Dirigida pelo Snr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua segunda reunião em 1º de julho de 1892*. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1892. p.22.

³⁴ *Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1911 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho Governador do Estado*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1911. p.134.

³⁵ HOBBSAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p.9-12.

Artigo recebido em 04/2006. Aprovado em 06/2006